

NEGRO DRAMA: REFLEXÕES SOBRE O RACISMO AMBIENTAL EM RONDONÓPOLIS-MT

FELIPE BARBOSA TEIXEIRA

Mestrando em Educação-PPGedu/ICHS/CUR/UFMT

PRISCILA DE OLIVEIRA XAVIER SCUDDER

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso-UFMT/Cuiabá, Docente no Programa de Pós-Graduação em Educação

RESUMO: O presente trabalho pretendeu refletir prévia e introdutoriamente sobre o racismo ambiental sofrido pela população negra da periferia de Rondonópolis. Denominação recente de estudos da área das ciências humanas, particularmente na sociologia e no direito, o racismo ambiental possui uma série de facetas, práticas segregativas espaciais e sociais baseadas na raça/cor/renda. Através de revisão bibliográfica e pesquisa de materiais e acervos públicos de livre consulta foi possível a construção do cenário social da cidade de Rondonópolis-MT, que apresenta uma forte estratificação em sua formação na maneira como a mesma foi planejada de modo a separar de modo manifesto a população em dois distintos “polos”. Também é notado o papel que desempenha a branquitude na forma como se estrutura o racismo ambiental, desde como se comportam os partícipes e co-partícipes até no modo como é manifestado sutilmente este racismo na formação da cidade. Por fim em uma breve análise de documentos públicos notamos dois espaços urbanos em contraponto um ao outro, trata-se de um espaço para gente branca e outro espaço a gente negra, estabelecido, em parte pela maneira como a educação é utilizada de modo a sistematicamente empobrecer a juventude negra rondonopolitana, sagrando na cidade. Na pesquisa tendo sido observado e denotado dos diálogos e pesquisas documentais e bibliográficas que o Genocídio de Jovens Negros em Rondonópolis-MT é uma realidade em andamento e não somente teorias, mas que há uma relação evidente entre o epistemicídio de saberes negros, a desescolarização dos jovens negros e o Racismo Ambiental em Rondonópolis-MT.

Palavras-chave: Racismo Ambiental. Educação. Branquitude. Espaço Urbano.

ABSTRACT: The present work intends to reflect previously and introductory about the environmental racism suffered by the black population of the periphery of Rondonópolis. A recent name for studies in the humanities field, particularly in sociology and law, environmental racism has a number of facets, spatial segregative practices, and race / color / income societies. Through literature review and research of materials and public collections of free consultation it was possible to construct the social scenario of the city of Rondonópolis-MT, which presents a strong stratification in its formation in the way it was planned so as to clearly separate the population in two distinct “poles”. It is also noted the role that whiteness plays in the way environmental racism is structured, from the way the participants and co-participants behave to the way it subtly manifests itself in the formation of the city. Finally, in a brief analysis of public documents, we notice two urban spaces in counterpoint to each other, it is a space for white people and another space for black people, established in part by the way education is systematically used. impoverish Rondonopolitan black youth, sacred in the city So far, research has observed and denoted from dialogues and documentary and bibliographic research that the Black Youth Genocide in Rondonópolis-MT is a reality in progress and not only theories, but there are an evident relationship between the epistemicide of black knowledge, the unschooling of young black people and Environmental Racism in Rondonópolis-MT.

Keywords: Environmental Racism. Education. Whiteness. Urban space

1. Introdução

A lateralidade de visões no campo das discussões sociais, educacionais, raciais e a intersecção destas três sempre foi algo perigoso, sendo sempre necessário um estudo que amplifique e dê magnitude a fatos e dados do que apenas a dizeres de palavras

Realização:

“Observatório: Poder,
Cultura e
Contemporaneidade”



rebuscadas dentro de teorias desenhadas em clássicos escritos por 5 países euro-norte-americanos e tomados como realidade epistemológica para os países do Sul.

Debater o racismo tem sido uma tarefa hercúlea ao que parece desde que o negro foi sequestrado e escravizado no Brasil, onde o cenário desenhou a vítima como seu próprio algoz e o algoz como um benfeitor-tutor do bem, ‘o país das epifanias e prosopopeias flácidas teve sua história infundada em falsidades e mentiras’, o negro no Brasil não passa de um “esqueleto de armário” útil, as vezes, esquecido na maior parte do tempo (BARBOSA, 1985, p.15).

Em todo contexto de formação social do Brasil o negro foi relegado de vaga lembrança a esquecimento total. O país de 519 anos de invasão europeia, que teve sua economia forjada no trabalho escravo do negro por 317, parece viver uma amnésia branca sem fim, ao se esquecer que a invasão foi patrocinada por uma cultura europeia patriarcal, cristã e nômade como mostrado por Diop (2014) ao demonstrar que a civilização africana é, em relação à civilização europeia, pelo menos 50.000 mil anos mais adiantada em termos de arranjos políticos, econômicos, agrários, filosóficos, culturais, médicos, escolares, religiosos entre outros fatores, fatos deturpados ou mesmo omitidos do contexto histórico brasileiro.

A história do negro no continente americano (ao norte e ao sul), africano e europeu foi sempre demarcado por luta e resistência. Desde a luta pela libertação dos escravos nos Estado Confederados dos Estados Unidos da América até a resistência oferecida pelo Quilombo dos Palmares e na luta pelos direitos civis contra o Apartheid. Alexander (2018) nos fornece o vislumbre da geração da história negra nos continentes e, justamente dentro das lutas pelos Direitos Civis, nascem a primeiras preocupações com as políticas higienistas empregadas por diversos governos na modernidade, pós-modernidade e contemporaneidade.

Esse conjunto de políticas higienistas a princípio reunia negros, chicanos, afroamericanos, ameríndios em localidades periféricas das cidades, em guetos, ruelas, vielas, vilas, lugarejos e conjuntos habitacionais criados para abrigar os corpos indesejados nos meios urbanos por onde circulam “gente de negócios”, por onde turistas gostam de se fotografar nos cartões postais das cidades. Longe dos núcleos urbanos, esse lugares para gente não branca, predominantemente pobre, foram criados sem nenhum tipo de estrutura, muitas vezes resultando somente de invasões



patrocinados por gente do próprio poder público para que se mantivessem longe dos centros das cidades.

Para melhor contextualização podemos recorrer filme Cidade de Deus em seu prólogo inicial visando narrar a história do início e formação de uma das maiores favelas do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, a cidade de Deus, o cenário de narração que tratamos nesse momento mostra um conjunto habitacional-COHAB com seu padrão modal de pequenas casas em lotes minúsculos apertados para que caibam muitas casas, numa comunidade repleta de pessoas negras, na cena entre muitas pessoas circulando, veículos de tração animal passando, postes sendo subidos o narrador menciona:

A gente chegou na Cidade de Deus com a esperança de encontrar um paraíso, um monte de famílias tinham ficado sem casa por causa das enchentes e de alguns incêndios criminosos em algumas favelas. A rapaziada do governo não brincava: não tem onde morar? Manda pra Cidade de Deus! Lá não tinha luz, não tinha asfalto, não tinha ônibus. Mas pro governo e os ricos não importavam nossos problemas; como eu disse a Cidade de Deus fica muito longe do cartão postal do Rio de Janeiro. (LUND & MEIRELLES, 2002. 08min21s a 08min56s)

Coincidência ou não a maior parte dos periféricos surgem sempre da necessidade de se sanear por assim dizer os locais de circulação turística e economicamente importantes das cidades retirando os corpos indesejados da configuração das cidades e os colocando em áreas periféricas aos núcleos centrais das cidades. Assim, se contextualiza a formação do que muitos chamam de favelas, muquifos ou guetos e, não muito depois de criar estes locais, no Brasil os próprios governantes municipais e, em particular em Rondonópolis-MT, vão lidando com o problema da falta de moradia de modo semelhante ao descrito na narração do filme.

Não por acaso é justamente nas periferias das cidades brasileiras que muitos aterros sanitários, despejos e estações de tratamento de esgoto, depósitos de materiais perigosos, enfim rejeitos das cidades são colocados e alocados, para isso basta olharmos os dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE e observarmos que em cidades como Brumadinho-MG e Mariana-MG notarmos que ambas as cidades mais 60% da população se declarou negra¹, e qual é mesmo a

¹ Como norma metodológica a ser observada [...], desejamos inicialmente recusar discutir as classificações comumente mantidas pelas ciências sociais quando tentam definir o negro no Brasil; [...] Ocorre que nenhum cientista ou qualquer ciência, manipulando conceitos como *fenótipo* ou *genótipo*, pode negar o fato concreto de que no Brasil a marca é determinada pelo fato étnico e/ou racial. Um brasileiro é designado *preto*, *negro*, *moreno*, *mulato*, *crioulo*, *pardo*, *mestiço*, *cabra* – ou qualquer outro eufemismo; e o que todo o mundo compreende imediatamente, sem possibilidade de dúvidas, é que se trata de um *homem-de-cor*, isto é, aquele



situação e ambas as cidades atualmente após dois rompimentos de barragens de rejeitos de minérios da mesma empresa num espaço de 4 anos? Também não precisamos ir tão longe quando nos bairros da periferia de Rondonópolis-MT que estão próximos da Universidade Federal de Mato Grosso passam a maior parte do dia imersos num odor fétido resultante da descarga de esgoto pela elevatória do Residencial de alto padrão Village do Cerrado, bem como a população do conjunto habitacional Vila Romana tem bem em sua vizinhança a Estação Municipal de Tratamento de Esgoto, o próprio IBGE confirmou que 55% da população rondonopolitana é negra e, este último bairro em particular tem 80% de seus populares declarantes como negros.

Nasce neste contexto o cenário desenhado do que antes conhecido como injustiça ambiental (termo cunhado na luta por direitos civis norte-americana e explicada por Robert Bullard como qualquer atividade que coloque o indivíduo em situação ambiental que degrade sua saúde ou que possa contribuir para a degradação de tal), agora se denomina racismo ambiental que traz consigo uma série de problemáticas que o individualizam em diversos países, mas no Brasil é facilmente denotado e caracterizado pelas grandes favelas e periferias das metrópoles e conglomerados urbanos enormes no país, mas também verifica-se em cidades interioranas, onde as periferias igualmente apontam para a existência do racismo ambiental, que segundo Bullard

(...) se refere a qualquer política, prática ou diretiva que afete ou prejudique, de formas diferentes, voluntária ou involuntariamente, a pessoas, grupos ou comunidades por motivos de raça ou cor. Esta idéia se associa com políticas públicas e práticas industriais encaminhadas a favorecer as empresas impondo altos custos às pessoas de cor. As instituições governamentais, jurídicas, econômicas, políticas e militares reforçam o racismo ambiental e influem na utilização local da terra, na aplicação de normas ambientais no estabelecimento de instalações industriais e, de forma particular, os lugares onde moram, trabalham e têm o seu lazer as pessoas de cor. O racismo ambiental está muito arraigado sendo muito difícil de erradicar. (BULLARD, 2005, p.03)

O racismo ambiental traz consigo uma série de outros problemas. Dentro dos estudos raciais é a tipologia de racismo que congrega toda a base do problema do negro, carregando junto a si agravantes que levam sem nenhuma dúvida ao genocídio da juventude negra em curso no Brasil.

assim chamado descende de africanos escravizados. Trata-se, portanto, de um *negro*, não importa a gradação da cor da sua pele. Não vamos perder tempo com distinções supérfluas... (NASCIMENTO, 2016, pg. 48).



O racismo ambiental não é somente um problema relativo ao ambiente, mas sim atinente a toda falta de estrutura que marca a história do negro, presente nas esferas racial, política, educacional e econômica que colocam a história do negro no Brasil num ciclo infundável de opressão.

Não podemos deixar de mencionar que a branquitude é parte dos “instrumentos” ideológicos do que se chama de branqueamento entendido como a imposição unilateral da vontade do branco europeu e cristão nos trópicos através de violências físicas e simbólicas, mas também pelas ideologias predominantemente religiosas.

Uma vez que até o momento pôde se notar que o conceito de racismo ambiental é atravessado por uma série de outros conceitos, cabe definir os mesmos para evidenciar práticas de racismo ambiental. Começaremos pensando o conceito de branquitude.

Fundamental ferramenta ideológica na política de branqueamento do Brasil, a branquitude desencadeia uma série de consequências radicadas e abarcadoras do racismo velado, sistêmico e institucionalizado.

(...) a Branquitude como um lugar estrutural do qual o sujeito branco vê os outros, e para si mesmo, uma posição de poder, um lugar confortável do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não é atribuído a si mesmo. (...) (Frankenberg, 1999)

A branquitude é o sentimento de indiferença do branco com relação ao negro e sua situação, o branco de sua posição dominadora inflige ao negro o dolo por sua pobreza, por seu desemprego estrutural, por sua falta de meios de produção e capital, por sua condição ruim de moradia nas periferias, entre outros fatores, não se vendo como beneficiário do racismo e não aceitando sua “dívida” histórica como descendente favorecido pelos desdobramentos do racismo (ARAUJO 2006).

É a existência do Racismo que sopesa a atuação e o pensamento da raça histórica branca como inquestionável. Pautada por diversas ações críticas e desinteligências sobre o modo de ser e da cultura do negro, censurando muito do que este pensa ou faz. Considera as críticas dos negros sobre os brancos como exageradoras, assim como suas análises ao racismo, fazendo sempre questão de discordar do negro nessas cogitações.

(...) **Pessoas brancas em geral, sabem que são privilegiadas**, mas precisam ignorar essa verdade, pois isso significa ter de se repensar e questionar se estão em um determinado lugar porque tem capacidades ou se porque no trajeto puderam contar com a eliminação institucional de pessoas negras aliadas ao favorecimento corporativo que a cultura brancocêntrica mantém naturalmente, silenciosamente. E continuam oscilando entre o masoquismo que mantém a culpa e o sadismo que



cutuca feridas negras em nome do orgulho e do narcisismo que envolve os sentimentos de supremacia que essa camada social internalizou. (...) (BERTH, 2017)

É pela manutenção do poder e do privilégio de ser branco numa relação de dominação pautada pelo racismo que este se recusa a pensar o racismo enquanto uma relação que o coloca em plano de privilégios destacados, lhe concedendo melhores empregos, melhor escolaridade, consequentemente melhor moradia, maior acesso a serviços de saúde básica e ambiental de qualidade.

Se os negros vivem nas favelas é porque não possuem meios para alugar ou comprar residência nas áreas habitáveis, por sua vez a falta de dinheiro resulta da discriminação no emprego. Se a falta de emprego é por causa de carência de preparo técnico e instrução adequada, a falta desta aptidão se deve a ausência de financeiro. (NASCIMENTO, 2016, pg. 101)

Fica denotado que a falácia apregoada pelo homem branco de que o negro vive em situação difícil porque é preguiçoso, pouco combativo, sem fé, de pouca sorte, de origem não trabalhadora, pois a história permite verificar que a própria configuração social do Brasil não permitiu ao negro acessar condições de ascensão social.

Com base nos conceitos apresentados por Berth (2017) e Soares do Bem (2006) temo que a branquitude volta a culpa da pobreza estrutural e sistemática do negro sob a vítima, coloca todo o ônus dos anos de escravidão e exploração na conta do negro, nega a esse qualquer reparo, pois não se enxerga como parte do problema do negro e apregoa ainda a “lei” do mais apto e do mais forte para a sobrevivência social². Para Berth (2017) a branquitude é além de uma ferramenta do epistemicídio, por analogia, é também parte fundamental do racismo ambiental que assola o negro brasileiro no que concerne a culpabilizar o mesmo pelas políticas sociais higienistas aplicadas nas cidades brasileiras.

Tais políticas patrocinaram e patrocinam uma verdadeira limpeza étnica no meio urbano brasileiro, fato que Arim Soares do Bem retrata bem quando dialoga sobre a Centralidade dos Movimentos Sociais:

o papel coadjuvante do organicismo de Albert Schaeffle, que compreendia a sociedade como um conjunto de órgãos em perfeito funcionamento, acoplando-se a esta compreensão o pensamento sanitário-higienista, que postulava a necessidade da

² Numa tentativa de desabonar o negro, colocando como preguiçoso, inapto para o trabalho e consequentemente para a ascensão social como pode ser visto com detalhes na explanação de Soares do Bem (2006) sobre o Darwinismo Social, considerando que o branco no Brasil tem situação melhor por sua origem européia, cristã, nômade, conservadora e patriarcal, considerando que o negro brasileiro por sua origem africana estava e, está tecnológica e economicamente mais atrasado.



prática social-terapêutica para exorcizar os órgãos “doentes”, discrepantes ou desviantes do conjunto de normas sociais (SOARES DO BEM, 2006 pág. 1141)

Nos primórdios do século XX já se pensava o que fazer com os corpos indesejados que tomavam conta das ruas, uma vez que após a abolição(e também antes dela) o povo negro foi colocado a própria sorte para sobreviver numa cultura que não era a sua, sem acesso a capital de produção e nem mesmo a emprego, tendo em vista que o que lhe foi primariamente ofertado foi exatamente o subemprego instaurando o Darwinismo Social:

O nativismo deu, então, forçosamente, lugar ao eurocentrismo, que pulsava latente nas teorias evolucionistas. As concepções evolucionistas compreendiam a história como sendo produto de etapas fixas e imutáveis e, neste sentido, colocavam apologeticamente as sociedades européias positivistas como estando no “topo”, na etapa final do processo evolutivo, ao passo que encerravam as sociedades não europeias na categoria de “fósseis vivos” e as representavam como exemplares de estágios inferiores. (SOARES DO BEM, 2006, pág. 1142)

Deste modo é afirmado que as sociedades e pessoas localizadas fora da Europa e da tradição branco judaico-cristã, eram considerados atrasados, impuros, impróprios, classificando como desajustado tudo aquilo que fugisse a lógica eurocêntrica. Foi no bojo dessas ideias que teorias racistas nasceram e tiveram seu apogeu de modo a se moldar e configurar-se com o modus operandi da sociedade contemporânea:

Silvio Romero (1851-1914) (...) Convencido que estava da inferioridade “racial” do brasileiro (...) “tentará um esquema futuro que permita a integração do brasileiro no desenvolvimento racial da humanidade” e pretenderá “integrar o Brasil na civilização americano-européia do futuro” (...) Romero investe todo o seu otimismo num futuro a ser construído por meio do processo de “branqueamento” da população, e isso poderia ser alcançado pelo fomento à imigração européia para corrigir a degeneração “racial” que, no seu entender, explicava o atraso do Brasil. A influência de Silvio Romero foi tão grande a ponto de estimular o recrutamento de imigrantes em vários países europeus, dando início a uma nova fase imigratória que somente será interrompida com o processo de nacionalização da mão-de-obra, introduzido por Getúlio Vargas na década de 30 do século XX. As consequências da ideologia do “branqueamento” tornaram-se bastante visíveis a partir do início do século XX, levando ao exercício de práticas assimilacionistas sobre a população afrodescendente, bloqueando o afloramento de uma consciência mais resistente entre esta e contribuindo, ao mesmo tempo, para instituir o mito da democracia “racial”. (SOARES DO BEM, 2006, pág. 1142)

Neste contexto está desenhada grande parte do cerne do problema racial enfrentado pelo negro brasileiro, que hostilizado como razão da derrocada de todo um país no qual uma raça social em sua totalidade está inserida pela base, empobrecida, afastada



de seu viés epistemológico, passa a ser depois querido, mas de longe na instituição de uma forma de discriminação “amigável”, numa rejeição velada bem ao estilo racismo a brasileira, através de uma democracia racial que tenta esconder todos os crimes cometidos contra um povo por mais de três séculos tendo por base sua origem e cor de pele.

As duas primeiras décadas do século XX foram importantes não apenas para o desenvolvimento de uma nova racionalidade dos movimentos sociais, mas também para a implantação de uma nova racionalidade estatal (...) na década de 1910 pode-se ressaltar a preocupação dos planejadores urbanos, principalmente no Rio de Janeiro, em atrair o capital estrangeiro. O pensamento sanitário-higienista introduzido no século XIX encontrou, assim, os canais práticos para ser amplamente executado. Iniciou-se um verdadeiro “saneamento” urbano, com a retirada de pobres, mendigos e andrajosos concentrados nas ruas. Muitos desses elementos, vistos como nocivos à ordem social eram patologizados – num evidente processo de naturalização da pobreza – e lançado nas instituições de “correção”. Incluem-se aí crianças e adolescentes pobres, que, desde o início da colonização, foram e continuam sendo sistematicamente desrespeitados em seus direitos fundamentais. (SOARES DO BEM, 2006, pág. 1144)

Este é o breve cenário dos primórdios do que foi primariamente denominado como injustiça ambiental, mas que mais tarde foi devidamente evidenciado por práticas e relações de poder e dominação como racismo ambiental, uma vez que os corpos rejeitados, pobres e indesejados, são comprovadamente de pessoas negras.

Essa mesma metodologia higienista é empregada não somente em grandes cidades brasileiras, mas também no interior do país. Junto ao racismo ambiental caminha as péssimas condições de vida, a precarização dos serviços de saúde e meio ambiente, e a desestruturação urbana, pavimentação de baixa qualidade, falta de escolas e creches, desemprego estrutural e os inúmeros problemas associados a segurança pública como citado por Barbosa (1985) a vadiagem, a malandragem e a criminalidade.

3. LUGAR DE NEGRO

A formação das periferias urbanas em cidades interioranas não é muito diferente do que ocorre nas cidades grandes, posto que tem como referência a política higienista que visa repelir os indesejados corpos, via de regra, negros pobres e indigentes (93% da população de rua no Brasil, 95% da população de rua no Mato Grosso e 91% da população de rua em Rondonópolis-MT segundo dados da Secretaria de Justiça e Direitos Humano do Estado de Mato Grosso – SEJUDH em seu relatório anual de



2018³) das áreas nobres, de alto valor de interesses econômico e imobiliário. Esta política aliada as instituições jurídicas fundamentam ações de retirada de posseiros de “ocupações” ilegais em áreas de proteção permanente-APP's e o tratamento diante do fluxo de imigrantes em direção às cidades em busca de trabalho nas regiões industrializadas e que por vários motivos acabam sem emprego, sem renda, sem teto. São esses corpos indesejados que pelos diversos motivos mencionados acabam ocupando as ruas, os centros urbanos, causando repulsa à população, sendo deslocada para fora dos centros urbanos e, aglomerando-se em grandes bolsões urbanos, as periferias e as zonas périurbanas, nos conjuntos habitacionais, nas ocupações, nas “moradias populares” marcadas pela desestruturação geral (ver figura 01).



Figura 01: Cena do Filme Cidade de Deus (Fonte: recorte aos 08min26s do filme)

(...) não passavam de ruelas de terra ou lama [...] em vez de rede de esgoto, havia apenas algumas valas, em geral abertas ou mal fechadas com lajes; havia pouca ou nenhuma água, com algumas bombas públicas onde se formavam filas desde a manhã, bem cedo. A iluminação pública estava reservada aos bairros europeus. O excesso de população criava um grande risco para a saúde. (DAVIS, 2006, pág. 62)

Apesar da descrição acima ser de uma cidade, dentro de um país do continente africano, esse cenário não raramente pode ser encontrado na cidade de Rondonópolis-MT. A história e geografia recente do município são marcadas por bairros que nasceram, inclusive por incentivo público, sem nenhum tipo de estrutura, nem mesmo de água potável encanada. Silva e Monteiro (2011) trazem estudo de caso sobre o

³ Disponível em <https://www.sejudh.mt.gov.br>, consultado em 18/01/2019 as 22h33min.

bairro Alfredo de Castro, bairro rondonopolitano que nasceu com o incentivo da Secretaria Municipal de Habitação, que por decreto executivo comprou 110 lotes rurais e o gestor da pasta, no ano de 2010, ordenou que as famílias entrassem nos lotes a qualquer custo, mesmo que em barracas de lona, que depois a prefeitura levaria infraestrutura e alvenaria para as casas, promessa que não se concretizou, tanto que atualmente o bairro ainda não possui asfalto e as casas construídas que existem no bairro foram construídas pelos próprios moradores.

Na verdade, essa recusa quase universal de oferecer até infraestrutura sanitária mais rudimentar a esses bairros (...) era mais que avareza; simbolizava de forma pungente a falta de qualquer direito a cidade por parte de povos nativos. (DAVIS, 2006, pág. 62)

Neste trecho, Mike Davis trata de povos nativos africanos, afro-americanos e outros povos nativos, porém, consideramos o mesmo pertinente para pensar a questão do tratamento dado ao povo negro na cidade de Rondonópolis-MT. O censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), informou que em Rondonópolis, no ano de (...) 55% da população se autodeclarou negra e destes, 85% encontrava-se em situação de absoluta falta de estrutura, ambiente hostil à saúde, residindo em habitações precárias, alvos primários da chamada problemática da segurança pública. Como demonstra Gonzalez,

O lugar natural do grupo branco dominante são moradias amplas, espaçosas, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes tipos de policiamentos: desde antigos feitores, capitães do mato, capangas, etc., até a polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e do sobrado, aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos habitacionais (cujos modelos são os guetos dos países desenvolvidos) dos dias de hoje tem sítio simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço. (GONZALEZ, 1982, pág. 15)

O Atlas da Violência 2018 mostra a situação da juventude negra na cidade que de cada 7 jovens mortos 4 são negros compreendemos que toda essa reação em cadeia tem a ver com o que se denomina racismo ambiental.

Como já mencionado anteriormente o racismo ambiental é caracterizado por qualquer prática direta ou indireta que estratifique as pessoas lhe concedendo condições estruturais de moradia, saúde, educação em termos de qualidade duvidosa, usando por analogia da água para consumo, é fornecer para a população periférica uma



água da qual poucos teriam coragem para beber e reservar a de melhor qualidade para a parcela considerada importante e detentora do poder. Em síntese Pacheco (2009) traz lume a definição ao afirmar que o racismo ambiental é uma prática que visa expropriar o espaço com vistas a eliminar a população indesejada, seja fisicamente, epistemologicamente ou socialmente.

Certamente as condições psicossociais, econômicas, educacionais e ambientais criadas no entorno da figura do homem e mulher negra na sociedade produz marcas físicas e um trauma histórico em toda sociedade brasileira. A população negra se vê representada como uma figura distorcida produzida por uma sociedade branca que não reconhece a responsabilidade histórica sobre o racismo em todas suas formas. É extremamente difícil não ser mais um “Negro Fodido” no Brasil, pois como canta o grupo Racionais MCs:

(...) O trauma que eu carrego
Pra não ser mais um preto fodido
O drama da cadeia e favela
Túmulos, sangue (...)

Ainda pensando a questão da juventude, observamos que em Rondonópolis a evasão escolar entre crianças, jovens e adultos negros é seis vezes maior que entre crianças, jovens e adultos brancos. Dados da PNAD-2018 mostram ainda que na cidade o desemprego entre jovens negros é de 41,3%, enquanto para jovens brancos na mesma faixa de idade o valor foi de 13,7%.

Na história sócio-política brasileira não há registro de governo que tenha se preocupado em propor políticas voltadas para a população negra do país para que esta pudesse ter condições mínimas de ascensão social ou mesmo melhores condições de moradia, educação, serviços de saúde e infraestrutura básica, algumas gestões propuseram políticas de gestão, mas não se esforçaram para propor políticas de Estado que pudessem ter vitaliciedade e amparo legal como já há na Constituição Federal para tais políticas, entretanto desde 2010 como mostrado por Carneiro (2011) os debates de candidatos a presidência da República não pautaram a problemática racial em seu debates e, mesmo reconhecendo que há no país um problema racial, os mesmo relegam ao assunto como sendo de interesses secundários e, na atual gestão, nem mesmo no plano de governo são citadas ações para combate das desigualdades raciais. A mesma métrica está aplicada tanto ao Estado de Mato Grosso, como na cidade de



Rondonópolis-MT na qual as políticas existentes são de gestão, mas efetivamente não estão incorporadas ao poder municipal por legislação vigente, necessitando de leis complementares anuais para renovação do suporte legislativo às políticas como o Cursinho Zumbi dos Palmares e a Assistência às pessoas com Doenças Falciformes⁴.

4. O RACISMO AMBIENTAL E O PROCESSO EDUCACIONAL EM RONDONÓPOLIS

Para BULLARD (2005) racismo ambiental seria qualquer prática diretiva ou não diretiva por meios políticos ou de qualquer natureza que viesse ou venham de alguma maneira afetar negativamente pessoas de “raça”⁵ negra, indígenas⁶, o que pode ser feito para benefícios econômicos em geral para empresas, corporações ou mesmo pessoas das mais altas classes.

Esta situação é observada no Brasil em diversos momentos, a título de exemplo podemos considerar que todo empreendimento de grande porte como uma usina hidrelétrica ou aterro sanitário, além de analisar parâmetros técnicos como geologia local, biodiversidade, recursos aquáticos, precisa levar em conta também as vertentes sociais e econômicas e como tais serão afetadas pela atividade pretendida, tudo esta análise compõe uma Avaliação de Impactos Ambientais (AIA) que engloba um Estudo de Impactos Ambientais e Relatório de Impactos Ambientais (EIA/RIMA). Apesar do cuidado técnico, os interesses econômicos de diversas corporações, por vezes ignoram os riscos e acabam provocando problemas graves de saúde ambiental, doenças evitáveis para populações inteiras.

PACHECO (2009) descreve o racismo ambiental como sendo injustiças de cunho socioambiental que recaem sobre etnias e populações vulneráveis, segundo dados do IBGE as favelas dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, só no ano de 2008 comportavam cerca de 25 milhões de pessoas que cresciam a uma taxa de quase 100% ao ano, ou seja, recebiam os mesmos 25 milhões de habitantes no ano seguinte, o que

⁴ Para mais informações consultar <http://www.rondonopolis.mt.gov.br/diario-oficial/>

⁵ Neste trabalho ao deparar-se com o termo Raça, esta sempre estará no sentido de mostrar-nos que há sim um sistema de raças sociais e não biológicas, o que foi comprovado pelo Programa Genoma Humano no ano de 2001, que há apenas uma raça de hominídeos o *Homo sapiens sapiens*, independente de cor de pele, credo, opção sexual, ou qualquer outro fator.

⁶ Neste trabalho tem-se como maior referencial o negro, pois no Brasil considera-se que mesmo que inserido nas camadas sociais baixas, o mesmo faz parte dos processos sociais, já o indígena de maneira geral não está inserido nos processos sociais brasileiros, não faz parte da sociedade brasileira, porém é tão vitimado quanto o negro pelos desdobramentos e fatores recorrentes do racismo ambiental.



significa que no ano de 2009 eram 50.000.000 de pessoas vivendo nas favelas do Rio de Janeiro e São Paulo.

Esse quadro não se constitui ao acaso, é resultante de uma série de desrespeitos a necessidades primordiais e uma agressão aos direitos fundamentais assegurados a todo e qualquer brasileiro pelo artigo 3º da Constituição Federal. Os direitos fundamentais abarcam o direito à moradia, educação, lazer, saúde, ambiente, segurança, emprego, alimentação amplos e de qualidade, isto quer dizer que estes espaços não podem funcionar como depósito de pessoas, o Estado deveria liderar e ordenar o planejamento das cidades e o desenvolvimento das mesmas, não é nada natural um ambiente não possuir água tratada, não ter acesso ao tratamento e coleta de resíduos sólidos e efluente líquidos, sofrer com a ausência de escolas primárias e secundárias para educação de boa qualidade e ter um Estado tão ausente que quando se faz presente é somente por seu braço armado e violento na personificação das polícias.

A Pesquisa Nacional por Análise de Domicílio de 2016 – PNAD-2016 aponta que em Rondonópolis, na ocasião da pesquisa, um total de 1.232 jovens de 14 a 18 anos estava fora da escola; 43% destes jovens eram negros, não haviam terminado o ensino fundamental e abandonaram a escola. Entre os motivos alegados para tal situação estavam a estrutura física e educacional da escola, trabalho, gravidez precoce, tráfico de drogas a distância entre a escola e o bairro.

A principal marca desses bairros é a falta de dois aspectos básicos para a sobrevivência: a ausência de serviços básicos de saúde e a ausência das escolas. Nos concentramos na segunda. Os bairros periféricos de Rondonópolis que veremos a seguir contam com pouquíssimas escolas. Segundo o Censo Escolar de 2016, 55% das escolas de formação básica estão nas áreas centrais da cidade e, em bairros cuja população têm rendimentos melhores. Pesquisa realizada pelo Conselho Municipal de Assistência Social de Rondonópolis⁷, apresenta gráficos de rendimentos por bairros periféricos e não periféricos, mostra diferenças, por exemplo, entre os bairros Parque Universitário e Vila Aurora I. O primeiro é formado por uma classe trabalhadora de ganho médio mensal por unidade familiar de R\$ 1.500,00; enquanto que no segundo bairro essa média foi de R\$ 6.000,00 por unidade familiar⁸.

⁷ Disponível para livre consulta no arquivo público municipal de Rondonópolis-MT.

⁸ Padrão modal de unidade familiar considerado na pesquisa de 5 pessoas por família.



No bairro Parque Universitário há duas escola municipais de educação infantil e uma escola estadual de ensino médio. No que concerne a estrutura das escolas, a escola municipal goza de melhor estrutura física, porém apresenta déficit em relação ao corpo docente, o que gera atrasos nas aulas, mau gerenciamento do tempo e impossibilidade de cumprimento do currículo. A escola estadual, que oferta ensino médio para jovens a partir dos 14 anos, apresenta uma estrutura física muito ruim, uma evasão escolar média de 20%, e uma relação numérica de professor para grupo de discentes de 1/180⁹. No bairro Vila Aurora há oito escolas, destas pelos menos 4 são escolas particulares que ofertam do ensino infantil até o ensino médio, com um currículo que inclui aulas de até três idiomas, assistência psicopedagógica e psicológica, atividades extracurriculares diversas, assistência de reforço e formação pré-vestibular¹⁰.

Tais disparidades saltam aos olhos quando as estatísticas de desemprego na cidade de Rondonópolis foram reveladas pela mesma PNAD-2016 quando tratou sobre o emprego dos jovens negros e não negros na cidade. Foi observada uma tendência de seguimento do panorama nacional, pois no município 60% dos jovens negros (faixa de idade de 16-30 anos) estavam desempregados, deste total 93% eram habitantes das regiões periféricas da cidade. Já a população jovem não negra do município expressou taxa de desocupação na ordem de 20%. Cabe ressaltar que o levantamento realizado pelo Conselho Municipal de Assistência Social de Rondonópolis constatou que no bairro Parque Universitário 95% das pessoas consultadas se declarou negra e no bairro Vila Aurora 75% das pessoas consultadas se declararam brancas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossa compreensão a omissão e a permissividade do poder público local reforça a estratificação do poder que permanece concentrado nas mãos de partícipes e co-partícipes da branquitude.

Os dados discutidos ao longo deste ensaio demonstram que o racismo ambiental desempenha destacado papel no empobrecimento contínuo e sistêmico da população negra de Rondonópolis.

⁹ Maiores informações em <http://www2.seduc.mt.gov.br/-/8221360-censo-escolar?ciclo=>, consultado em 11/01/2019 as 19h55min.

¹⁰ A título de exemplo está a apresentação on-line feita por uma das escolas do mencionado bairro em sua home page <http://www.cieducando.com.br/home>, consultado em 12/02/2019 as 21h47min.



A própria ingerência e sentimento de indiferença característicos da branquitude dos não negros, contribuem para que ao negro sejam relegados os piores espaços sociais, sem planejamento ou mesmo planejados para projetar um sentimento de inexistência, de invisibilização, espúrio e indesejado no cenário urbano, privado dos serviços mais básicos como o direito ao acesso a educação de qualidade.

Os dados mostram que no município em questão, quando o bairro periférico não apresenta em seu cenário uma escola em péssimas condições, a escola possível está situada longe, fora do alcance da juventude negra, dificultando que alcance a mínima condição de se colocar em pé de igualdade com o branco.

Em Rondonópolis, sagra-se o lugar garantido ao branco e o lugar onde se deve colocar o negro, denotando que este último é um corpo indesejado para ser visto, notado e participe do cenário social da cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BULLARD, R. **Ética e Racismo Ambiental**. Revista Eco 21, ano XV, Nº 98, janeiro/2005

Cidade de Deus. Direção: Fernando Meirelles, Kátia Lund. Brasil, 2002, DVD.

DAVIS, M. **Planeta Favela**. Boitempo: São Paulo-SP, 2006.

CARNEIRO, S. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. Selo Negro, São Paulo-SP, 2011.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Bahia: Editora Edufba, 2008

GONZALEZ, L. **Lugar de Negro**. Marco Zero, Rio de Janeiro, 1982.

NASCIMENTO, A. do. **O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado**. 3ª Ed. São Paulo: Perspectivas, 2016

QUINJANO, A. **¡Qué tal Raza!** Publicado en América Latina en Movimiento, No. 320: <<http://alainet.org/publica/320.phtml>>. Acesso em: 12/03/2019, as 19h33min.

Herculano, S. **O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental**. INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente, v. 3, n.º 1m artigo 2, jan./abril 2008.

PACHECO, T. **Desigualdade, Injustiça Ambiental e Racismo: uma luta que transcende a cor**. Disponível em: <http://acervo.racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/desigualdade-injustica-ambiental-e-racismo-uma-luta-que-transcende-a-cor/>. Consultado em 18/03/2019.

